



ESCOLA PÚBLICA, PROFESSORES, CURRÍCULO E CIDADANIA - UM BREVE OLHAR SOCIOLÓGICO

Entrevista a Almerindo Janela Afonso
Universidade do Minho - Portugal

Revista e-Curriculum - Na sua opinião e na opinião de outros autores, a Escola pública encontra-se em crise.

Quais são os fatores dessa crise atual da educação escolar?

Almerindo Janela Afonso - As políticas educativas actuais são, em grande parte, configuradas pelos ímpetos neoconservadores e neoliberais, visíveis, nomeadamente, na imputação de responsabilidades crescentes aos professores, acusados de aprofundarem a incapacidade da escola para atender às supostas exigências de um capitalismo mais competitivo e globalizado. Mas a crise actual da escola pública decorre sobretudo do desinvestimento crescente do Estado nacional nas políticas sociais -desinvestimento esse, também em parte, congruente quer com a perda acentuada da sua autonomia relativa, quer com a tendência para uma mais explícita privatização e mercadorização da Educação. A crise da escola pública também não é indiferente à hegemonia de alguns países centrais porque esta hegemonia se reflecte não apenas em termos económicos mas também nas pressões para uma maior uniformização cultural que é acompanhada pela desvalorização de outras culturas nacionais, regionais e locais. Devemos também ter em conta que o aumento das desigualdades educacionais continua a potenciar as



desigualdades sociais, havendo novos factos que interrogam a Educação e os seus actores, como sejam a info-exclusão e as novas e contraditórias pressões sociais e políticas que remetem a escola para dilemas que ela e os seus profissionais são (ou parecem ser) incapazes de resolver. A actual "crise de motivação" dos professores e os problemas de desemprego ou emprego precário e instável que afectarão os jovens que frequentam a escola pública (em Portugal e em muitos outros países) exigem uma outra reflexividade crítica (e uma outra decisão política) perante as mutações actuais da economia, nomeadamente quando verificamos que muitos são excluídos do conhecimento num momento histórico em que, paradoxalmente, este se transforma numa nova matéria prima estruturalmente decisiva para a chamada sociedade do conhecimento e da aprendizagem.

Revista e-Curriculum - Qual o papel dos docentes da escola pública neste contexto?

Almerindo Janela Afonso - Os professores devem ser formados e ter condições de trabalho que os dignifiquem como profissionais e como cidadãos/cidadãs. Ser profissional na (e da) educação pressupõe o domínio de um conjunto especializado de saberes teórico-conceptuais e práticos (científicos, éticos, metodológicos, políticos e culturais) que a formação inicial, embora importante, não pode garantir em definitivo. Isto implica que os professores devem valorizar espaços de formação continuada onde possam reflectir crítica e colectivamente em torno das suas experiências quotidianas, quer nas próprias escolas, quer em sindicatos, universidades e mesmo em movimentos sociais. A sociedade e o Estado



não podem olhar para os professores como simples funcionários, mas reconhecer que eles são profissionais capazes de utilizar margens de autonomia relativa que lhes permitam fazer escolhas e opções justas e fundamentadas face à complexidade, diversidade e heterogeneidade das situações reais em que estão envolvidos. As condições de trabalho, os estatutos de carreira, os índices salariais e a escassa responsabilização democrática convertem-se frequentemente em obstáculos para uma verdadeira dignificação dos professores como profissionais e como intelectuais (críticos e transformadores, na acepção de H. Giroux). Quando a escola pública é essencialmente para as classes sociais mais desfavorecidas, então os dilemas e os problemas profissionais são ainda maiores. Por estas razões, a sociedade e o Estado devem valorizar estrategicamente a escola pública e os seus professores, neles investindo material e simbolicamente. A escola pública só cumprirá a sua missão de escola para todos e todas quando for, simultaneamente, uma escola com qualidade científica, com qualidade pedagógica e com qualidade democrática. Numa época de ataques neoliberais e neoconservadores à escola pública, e num contexto em que ressurgem movimentos anti-escola e de desescolarização, é necessário revitalizar a escola pública, reinventar os seus modelos de funcionamento e redefinir melhor a sua missão para que ela volte a ter uma nova centralidade social, política e cultural. Alguns dos dilemas actuais podem ser equacionados da seguinte forma: como articular a missão histórica da escola pública (que durante muito tempo visou essencialmente a construção da cidadania monocultural e a identidade nacional na lógica do Estado-nação) com a necessidade de construir outras cidadanias e saber lidar com as diferenças inter/multiculturais, num mundo cada vez mais globalizado? Como conciliar as exigências da cidadania democrática



e participativa e a coesão social com as exigências da competitividade num contexto de crescente internacionalização do capitalismo?

Revista e-Curriculum - Como vê, a esse propósito, o papel do currículo perante as mudanças contemporâneas na economia e na sociedade?

Almerindo Janela Afonso - O currículo escolar é um dos lugares onde frequentemente incidem muitas das reformas que os governos pretendem implementar, quer na escolaridade básica, quer na escolaridade pós-básica (ensino secundário). Como nos lembra Basil Bernstein, o currículo (tal como a pedagogia, a avaliação e a organização) faz parte dos quatro "sistemas de mensagem" fundamentais do sistema educativo. Segundo este mesmo autor, o currículo define o que conta como "conhecimento válido" num dado momento histórico e numa sociedade específica, sendo, tal como os outros sistemas, reflexo da "distribuição do poder e dos princípios de controlo social". Se o papel do Estado está em redefinição e a compreensão mais ampla das mudanças nos centros de poder nos remete necessariamente para fenómenos como a crescente internacionalização do capitalismo, as tecnologias da informação e comunicação, a sociedade do conhecimento e da aprendizagem e a educação ao longo da vida - fenómenos que são accionados como justificadores (implícitos ou explícitos) da responsabilização pelos percursos de aprendizagem e pelos destinos e disposições pessoais e individuais - isso significa que, doravante, a definição do que conta como "conhecimento válido" será mais difusa e heterogénea porque partirá de centros de construção e irradiação cognitiva muitos diversos.



Tudo isso tornará aquele "conhecimento válido" (definido pelos poderes dominantes) ainda mais difícil de ser apropriado por parte daqueles que pertencem a classes e grupos sociais mais desfavorecidos, e com menos poder de participação na sociedade crescentemente desigual em que vivemos. Por isso, a escola, se for uma escola justa, não pode deixar de ser um dos lugares centrais de *empowerment* e de acesso democrático a esse conhecimento, ou seja, um dos lugares da sua apropriação por todos e todas, permitindo a sua transformação emancipatória num "novo senso comum" (para utilizar aqui a conhecida designação de Boaventura Sousa Santos). Todavia, os movimentos de re-elitização da escola pública (ou, como no caso brasileiro, a desvalorização desta mesma escola pública) vão no sentido contrário, e a retracção nas políticas sociais parece ser uma peça do mesmo *puzzle* neoliberal.

Revista e-Curriculum - Como sociólogo, como vê a questão da cidadania na Sociologia da Educação?

Almerindo Janela Afonso - A Sociologia da Educação, implícita ou explicitamente, preocupou-se durante muito tempo com a denúncia de uma determinada concepção de cidadania. Isto significa que muitos dos seus trabalhos de pesquisa tiveram como objecto a escola pública enquanto lugar de disseminação de um projecto cultural e identitário originado e controlado pelo Estado - um Estado capitalista e muitas vezes um Estado também autoritário. Por exemplo, as *teorias da reprodução social e cultural* e as *teorias da correspondência* mostraram (e denunciaram) que a escola foi, ao longo do tempo da modernidade capitalista, um lugar de manutenção (e legitimação) de desigualdades, ou seja, um lugar onde o conceito



de cidadania se restringiu essencialmente à lógica homogeneizadora da identidade nacional, perfeitamente compatível com a lógica e organização da produção, com a manutenção da ordem social e com os interesses das classes dominantes. Por isso, a escola foi (e continua a ser em grande medida) um lugar de exercício da *violência simbólica*, isto é, um lugar de imposição dissimulada de um *arbitrário cultural*, como Pierre Bourdieu mostrou de forma tão enfática nos seus trabalhos iniciais. Mas a Sociologia da Educação foi produzindo e incorporando outros referenciais teóricos e empíricos que lhe permitiram acompanhar a ampliação (conceptual, política e prática) da cidadania. De uma concepção de cidadania restrita à lógica do Estado-nação, evoluímos social e politicamente para uma concepção de cidadania enquanto consagração jurídica e concretização efectiva de direitos (sociais, económicos, culturais, ecológicos, de acesso e uso das tecnologias da informação e conhecimento) e, posteriormente, evoluímos para uma concepção de cidadania regional (europeia ou outra) e para uma cidadania cosmopolita. Em todos estes momentos confrontaram-se e confrontam-se evoluções e redefinições, por vezes dilemáticas e contraditórias. Assim, a Sociologia da Educação participou e participa cada vez mais de todos os debates e percursos em torno das evoluções e redefinições de cidadania, procurando compreendê-las e estudá-las tal como se explicitam e confrontam, não apenas nas políticas educativas e na escola, como, também, em outros lugares educativos não-formais que se situam para além da escola, e que têm vindo a ganhar uma crescente importância e visibilidade. Não é por acaso que a Sociologia da Educação (não apenas em França mas também em outros países) tem vindo a dar um lugar de relevo às questões da justiça, às questões do reconhecimento e às questões multiculturais e pós-coloniais, referenciáveis em qualquer dos



casos a contextos nacionais e pós-nacionais. No que diz respeito a Portugal, a Sociologia da Educação avançou muito, nomeadamente pelas contribuições trazidas pela teorização e pesquisa de Stephen R. Stoer através das quais as questões da cidadania e do inter/multiculturalismo ganharam particular centralidade e densidade analíticas. Sendo ou não tributários desta linha de pesquisa, e inscrevendo os seus objectos em problemáticas idênticas, muitos outros(as) pesquisadores(as) em ciências sociais e em ciências da educação estão contribuindo para a actualização e consolidação da Sociologia da Educação no meu país.

Almerindo Janela Afonso

Sociólogo, Mestre em Sociologia da Educação pela Universidade do Minho, Doutor em Educação (Sociologia da Educação e Políticas Educativas), Prof. Associado do Departamento de Sociologia da Educação e Administração Educacional da Universidade do Minho- Portugal, Diretor do Mestrado de Sociologia da Educação e Políticas Educativas, Diretor do Mestrado em Educação para a Saúde.

Membro de diversos Conselhos Editoriais de Revistas Acadêmicas, Autor de diversos trabalhos científicos publicados em revistas da especialidade em Sociologia e em Educação (Portugal, Brasil, Espanha e Inglaterra).

Autor de diversos livros entre os quais, **Avaliação Educacional: Regulação e Emancipação (Ed. Cortez).**

Professor visitante em Universidades Portuguesas e estrangeiras (Portugal, Brasil e Espanha).

Coordenador e Consultor Científico de Diversos Projetos nacionais e internacionais.

